

O Trabalho e a relação homem-natureza. Uma trama social em questão.*

Fábio Henrique de Campos^[1]

*O céu já foi azul mas, agora é cinza
E o que era verde aqui já não existe mais...
...Este ar deixou minha vista cansada
Nada de mais
Renato Russo*

Introdução

O espaço é produzido historicamente por meio da produção material guiada por relações sociais. Dito de outra maneira, o espaço é formado a partir das relações homem-meio e homem-homem e a distribuição e configuração territorial é determinada pelo conflito no interior da sociedade capitalista. Assim, “o ‘chão’ é capital e a formação espacial tem sua estrutura e movimentos determinados pelo choque entre as classes que compõe este modo de produção” (MOREIRA: 1982). É através da divisão social e territorial do trabalho que a malha societal se concretiza empírica e ideologicamente.

Partindo disso, asseveramos que o trabalho é a proto-forma da existência humana pois é sua realização que diferencia o homem dos outros seres, porque consiste em ir além da competição biológica no ambiente. Assim, a interação homem-meio se dá via mediação do processo laborativo.

Dito isto, a relação homem-natureza é entendida como relação social que constrói um quadro de vida, condição de reprodução da própria sociedade. Isto porque o animal se torna homem através do trabalho por dar respostas à necessidades que as exigem.

“(...) o homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando, em sua resposta ao carecimento que provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações, freqüentemente bastante articuladas.” (LUKÁCS, 1978: 05)

O trabalho, por sua realização, possibilita o desenvolvimento tanto seu quanto dos homens que o realizam. Não obstante, cada transformação da sociedade ocorre de maneira consciente e ativa pois é esta consciência que movimenta o processo produtivo e guia a atividade laborativa.

O resultado é o trabalho não simplesmente como uma expressão da atividade do ser social, mas uma determinação do modelo do próprio homem.

Queremos dizer com isto que as ações humanas são guiadas socialmente, ou seja, as necessidades sociais são engendradas sobre o indivíduo. Os homens são impelidos pela conjuntura a agirem de determinado modo sob pena de se arruïnarem, mesmo que sua atuação seja contrária a sua essência.

O trabalho acaba por ser transformado num instrumento de controle social do indivíduo porque os homens que o realizam devem ser dirigidos por finalidades determinadas, é o trabalho abstrato[2].

Não é objetivo deste texto afirmar que o homem se tornou um ser amorfo, que desempenha apenas as atividades a ele incumbidas pelos agentes hegemônicos. É óbvio que isso não impede que os homens atuem, pois isto seria um grande erro de análise, além de uma visão um tanto apocalíptica.

Contudo, mesmo com a qualificação do trabalhador, sua capacitação se limita a conhecer uma parte mínima das circunstâncias em que está inserido. A necessidade urge e o trabalho promete satisfazê-lo, mas este acaba por se tornar exterior ao indivíduo, este não desenvolve a ação para si mas para outro.

“O ser a quem pertencem o trabalho e o produto deste, a quem o trabalho é devotado, e para cuja fruição se destina o produto do trabalho, só pode ser o próprio homem. Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, mas o enfrenta como força estranha, isso só pode acontecer porque pertence a um outro homem que não o trabalhador. Se sua atividade é para ele um tormento, ela deve ser uma fonte de satisfação e prazer para outro. Não os deuses nem a natureza, mas só o próprio homem pode ser essa força estranha dos homens.” (MARX, 1983: 98)

O intento posto aqui é estar buscando elementos que possam elucidar quem são os agentes e em qual escala estes (re)desenham a configuração espacial da relação capital X trabalho. Entendendo que o espaço geográfico é o quadro de reprodução da própria sociedade que o criou.

As Mudanças no Âmbito da Produção

A partir de 1980, houve um retorno contundente ao liberalismo. A ideologia do livre mercado como único mecanismo eficiente de regulação retoma o papel de objetivo maior no plano econômico mundial.

São deixados de lado os preceitos do keynesianismo que garantiam alguma ordenação para os anos que se seguiram após a depressão de 1930[3]. Da mesma forma, todas as conquistas dos trabalhadores e o princípio do pleno emprego são desconsiderados, pois há a necessidade do empresário em se tornar competitivo no mercado global, cujo custo recai sobre os assalariados.

As relações sociais estão tendo como referência um padrão industrial flexível e altamente informatizado. Desta forma, as relações de produção (capital e trabalho) ganham novos condicionantes: o capital exige um trabalhador flexível que atenda suas necessidades para que a produtividade seja priorizada.

A reestruturação produtiva, enquanto elemento primordial nas novas formas de gestão do trabalho, tem sido alardeada por todos os cantos como a grande transformação da sociedade neste final de milênio, com conseqüências avassaladoras para o mundo do trabalho e seus órgãos de representação, em especial os sindicatos.

O intenso processo de automatização e o desemprego estrutural decorrente são elencados como argumentos da perda da estabilidade do emprego, a qual se tornou privilégio de uma minoria.

A tecnologia, enquanto condicionante da transformação, se fortalece como relação de poder[4] e determina o processo de inovação nas relações próprias do modo de produção capitalista. Esta dinâmica subordina-se à lógica da concorrência, sendo impulsionada pela exploração, com o objetivo de elevar a taxa de mais valia e o controle do processo de trabalho pelo capital. Como vemos, a essência do modo de produção e a ideologia liberal não sofreram nenhuma alteração a não ser pelo prefixo “neo”.

Em virtude de um quadro de seletividade e exclusão[5], como evitar que este novo padrão industrial não entre em colapso? Sabendo que, com a crescente capacidade de produzir cada vez mais com menos trabalhadores, afetam a própria lógica capitalista?

Assistimos uma significativa heterogeneização da classe trabalhadora: terceirização deste proletário industrial tradicional, trabalho doméstico-informal, inserção cada vez maior da mulher no mercado operário, subproletarização intensificada engendrada pela subcontratação, trabalho parcial e temporário, transformando assalariados em apenas vendedores de força de trabalho, obrigando-os a fazer dele um fim em si, ou seja, apenas a razão de sua sobrevivência.

Trata-se, portanto, da recriação do salário, tornando o trabalhador uma fonte potencializada de auto-exploração, em outras palavras, o trabalhador torna-se o vigia e o supervisor do processo de produção.

Embora o avanço tecnológico seja adotado como realidade concreta, não se dispensou o trabalho vivo como fonte produtora de valor e de mais valia. Pode-se perceber, no mundo do trabalho, um conjunto de processos dos quais ANTUNES (1995: 41) chama de “*desproletarização do trabalho industrial, fabril*”. Ocorre uma bipolarização, de um lado uma mudança quantitativa (redução do número de operários tradicionais), de outro, uma qualitativa. Assim constata-se um processo contraditório pois há uma intensa desqualificação de alguns ramos ao mesmo tempo em que se qualifica outros, complexificando, heterogeneizando e fragmentando ainda mais o mundo do trabalho.

Um dos desdobramentos está na aceitação do desemprego estrutural como conseqüência dos (re)arranjos do capital. Trata-se agora de revermos esta posição e invertermos a lógica desta compreensão, recolocando o conceito de *exército industrial de reserva* como variável de ajuste do processo de acumulação capitalista.

Esta situação nos leva a considerar o atual período como um período de máxima criatividade do capital, não somente como uma intensificação da super exploração da classe operária, mas inclusive pelo aumento da precarização das relações de trabalho.

É possível pensar que a propagação e divulgação do fim da teoria marxiana ou do trabalho é uma maneira de burlar o real, pois a crise se encontra no próprio capitalismo, ou seja, a crise é intrínseca ao desenvolvimento capitalista.

A Centralidade do Trabalho

A discussão sobre a centralidade do trabalho enquanto categoria de compreensão da realidade, perpassa todo o debate sobre o fim do socialismo e do marxismo, pois toda a fundamentação marxista elege o trabalho como categoria conceitual básica de interpretação do social.

O trabalho, enquanto categoria central da obra marxiana, foi objeto de preocupação de Marx também em relação às condições no interior da fábrica, e sobre a organização dos trabalhadores enquanto classe, tornando-se uma força única contra a submissão e exploração do trabalhador pelos capitalistas. Podemos afirmar que é um elemento fundamental para que o capitalismo possa se expandir pois é através dele que são produzidas as mercadorias que movimentam o ciclo da reprodução do capital junto ao mercado.

O intenso processo de automatização (microeletrônica e informacional) e o desemprego estrutural dele decorrente, são elencados como argumentos da perda da centralidade do trabalho assalariado enquanto fator de integração social, o emprego estável, tornou-se privilégio de uma minoria (GORZ, apud ANTUNES, 1995: 150).

Um dos motivadores principais da nova socialização está na elevação da ciência como principal força produtiva do capitalismo atual, não obstante, precisamos levar em consideração que as transformações no processo produtivo se fizeram em nome do modo de produção hegemônico, a despeito de todas as mudanças no mundo do trabalho, o processo de valorização do capital segue os mesmos princípios desde a sua implantação. É o trabalho que produz os meios da acumulação – as máquinas, estas por seu intermédio tornam-se mais valiosas, enquanto ele perde seu valor – correspondendo ao capital.

É imprescindível lembrar que, com as transformações do mundo do trabalho numa sociedade de produtores independentes de mercadorias, os sindicatos de trabalhadores, tal como conhecemos, tendem a tornarem-se subordinados à ordem (im)posta.

“O trabalho vivo produz a si mesmo como mercadoria, mas, por meio dos bens de capital, produz também a relação capitalista e sua própria dependência da mesma. Pelo fetiche do capital, o trabalhador coletivo, social, aparece dominado em todas as dimensões (...)”.
(MAAR, 1997: 83).

Com o advento do toyotismo, houve a desproletarização do trabalho manual, industrial e fabril, heterogeneização, subproletarização e precarização da força de trabalho. Esta complexidade da *classe-que-vive-do-trabalho*^[6] atinge fortemente o universo da consciência e subjetividade dos trabalhadores, gerando uma crise que atinge suas formas de representação, expressas nos sindicatos.

No que diz respeito aos sindicatos, há uma segmentação e desarticulação da sua intervenção diante das forças unidas entre capital e Estado. Isto decorre do fato de que o capital tem a sua autogestão territorial “(...) pois é o limite territorial da abrangência da estrutura empresarial, traduzida na materialização da produção, que reconhece enquanto tal (...)” (THOMAZ JR, 1999: 5), enquanto que a classe operária se vê altamente seccionada nos diversos ramos produtivos e, inseridos nestes, em categorias específicas como desdobramento da divisão técnica do trabalho.

Concomitantemente, a intensa complexificação da *classe-que-vive-do-trabalho* faz com que o trabalhador não se identifique enquanto classe, mas como um ser que desenvolve determinada atividade dentro do circuito produtivo.

Com isso, a representação do trabalhador se vê completamente fracionada em categorias e personalizada nas corporações sindicais, por um lado, e fragmentada no território em decorrência da submissão aos ditames administrativos impostos pelo Estado, por outro.

O sindicato, dentro do modelo social-democrata, sempre interveio, apesar de conseguir conquistas para a classe trabalhadora, para que se mantivesse a estrutura social hierárquica a fim de garantir o processo produtivo, o que vinha ao encontro do capital. Contudo, hoje estes direitos trabalhistas são vistos como encargos que não estão mais colocados como parte da produção de mercadorias, aliás impede a melhor inserção no mercado globalizado por prejudicar a competitividade[7].

A falta de consciência de classe por parte do trabalhador como desdobramento da particularização corporativa das categorias técnicas e da fragmentação do sindicato legalizada pelo Estado, acaba por exacerbar ainda mais o individualismo fascista, no qual é cada um por si.

No entanto, em uma sociedade produtora de mercadorias, o trabalho é necessário e insubstituível pois:

“Ainda que presenciando uma redução quantitativa no mundo do produtivo, o trabalho abstrato cumpre papel decisivo na criação de valores de troca. A redução do tempo físico de trabalho no processo produtivo, bem como a redução do trabalho manual direto e a ampliação do trabalho mais intelectualizado, não negam a lei do valor, quando se considera a totalidade do trabalho, a capacidade de trabalho socialmente combinada, o trabalho coletivo como expressão da múltiplas atividades combinadas.” (ANTUNES, 1997: 96)

A crise é do trabalho abstrato e não da sua dimensão concreta[8], pois em uma sociedade fundada na produção de mercadorias a questão do fim do trabalho deve ser entendida como a redução do trabalho vivo e ampliação do trabalho morto.

Como vemos, a discussão sobre a centralidade do trabalho adquire conotações ideológicas muito importantes, já que esta é uma tentativa de desmerecimento do marxismo como embasamento teórico de compreensão da realidade, com todas as conseqüências para partidos políticos e sindicatos que buscavam a superação do modo de produção hegemônico numa ação anti-capitalista através da emancipação da classe operária.

É preciso preencher as lacunas teóricas, políticas e ideológicas existentes no sindicalismo para que se comece uma práxis revolucionária ao invés de uma postura de acomodação dentro da Ordem.

O Trabalho e a Natureza: a Geografia de olho aberto

O homem aprendeu a trabalhar e pensar e inaugurou a dominação sobre seu semelhante. Neste sentido a natureza é a fonte “inesgotável” de beleza e recursos a ser explorada e apropriada individualmente, pois sua posse a transforma em riqueza. Este *ter*, aprimorado com a dominação de classes, justifica várias injustiças: uma delas é a propriedade privada, a qual proporciona, para quem a possui, o aval de dilapidá-la para proveito próprio às custas do trabalho de outros que não a detêm.

Um dos rebatimentos é a divisão do próprio homem que, despojado do *ter*, não lhe é permitido *ser*. Ou seja, alienado do produto de seu trabalho, vê-se dissociado de si.

Os desdobramentos culminam na subjetividade que este trabalhador tem de si – ele não se entende como produtor, mas como força que desenvolve uma determinada atividade – e da sua relação com a natureza, pois esta, sendo propriedade privada, está distante dele e é vista pela sociedade capitalista como um bem que somente existe como riqueza, ou quando é diretamente comida, bebida, vestida ou habitada.

Assim, a contradição homem x natureza é a mesma existente na relação homem X homem, por ele ser natureza e existir o conflito nas relações sociais engendradas na estrutura de classe e nas ideologias inerentes ao modo de produção hegemônico, no qual o capitalismo tem como essência o controle da produção-distribuição-consumo e das relações entre as classes.

A fragmentação está inserida no cerne do modo de produção capitalista, servindo à lógica alienada da reprodução de capital. Por um lado, a natureza é reserva de recursos a serem transformados em mercadoria, cuja base é o valor de troca. Por outro, o homem atua como a energia (força de trabalho) que transforma o corpo da natureza em “corpos-mercadoria” (MOREIRA, 1993: 22).

Dito isto, pode-se afirmar que a relação homem-natureza é entendida como relação social que constrói um quadro de vida, condição de reprodução da própria sociedade. Isto porque o animal se torna homem através do trabalho, por dar respostas às necessidades que as exigem.

A *classe-que-vive-do-trabalho* se vê divorciada de si mesma. Um condicionante é a consciência de mundo que o trabalhador possui sobre a relação entre sociedade e natureza, a qual foi engendrada pelo paradigma da revolução industrial: a fábrica faz o operário e é o lugar da dominação técnico-científica da natureza e esta é transformada em produto para gerar valor de troca.

A relação sociedade-natureza, assim como espaço e tempo, devem ser historicamente contextualizados, pois são mutáveis no tempo e na sociedade que os engendram. Dessa forma, cada conceituação deve ser entendida no próprio processo em que é tecida. É de fundamental importância cuidar com a base teórica da Geografia para entendermos o discurso (im)posto.

“A forma clássica do discurso geográfico é aquela para a qual ‘a Geografia é a ciência que estuda a relação homem-meio’. Velha é a definição eternamente do dia. Mesmo quando achamos que a superamos, como hoje em que o discurso é o da ‘ciência da organização do espaço pelo homem’, é dela o eixo geral da evolução da humanidade. O que está em questão, sempre, é o nosso modo de pensá-la”. (MOREIRA, 1988: 15).

Desta forma, urge a necessidade de se repensar a relação homem-meio pelo viés do trabalho, enquanto processo que possibilita tal intercâmbio, pois, esta relação é destrutiva na sociedade capitalista. Isto se dá pelo fato de que

“(...) a armadura do processo social de produção tem como referência a produção de valores uso, o que tem impulsionado a prática do desperdício de energia, de trabalho e de matérias primas que expressa as mazelas do processo de apropriação da natureza.” (THOMAZ JÚNIOR, 1998: 03).

Para o trabalho alienado, a separação entre força de trabalho, natureza e meios de produção aparece como algo “natural”, se afigura apenas como algo necessário a fim de garantir as “necessidades naturais”, aliás é a base da dominação de classe no capitalismo.

Do mesmo modo, o trabalhador tem sua experiência social mediada por relações mercadológicas e contratuais, pois sua sobrevivência é mediada no mercado, ou seja, no âmbito da circulação da moeda, via salário. Assim o capitalismo domina as relações através do trabalho estranhado e da abstração do mundo social separado da natureza, através do fetichismo da mercadoria. *“No seio da consciência proletária a natureza ocupa apenas um lugar secundário, relegado à condição de acessório e de derivativo no universo do lazer”*. (BIHR, 1998: 136).

O desenvolvimento desenfreado das técnicas de produção desencadeou uma crescente dilapidação da natureza, desperdiçando energia, trabalho e matérias primas, desdobrando em mazelas (vossorocas, assoreamentos, contaminação de lençóis freáticos, poluição do ar, etc.)[\[9\]](#).

Temos então que a ação humana, influenciada pelas relações capitalistas de produção, produz uma obra destruidora sobre o meio. Com base nisso, juntamo-nos a BIHR na idéia de que *“a crítica ecológica pode levar o movimento operário a elaborar uma lógica alternativa contrária ao industrialismo capitalista. Claro que tudo isso acaba por questionar a própria finalidade do modo de produção”*[\[10\]](#).

De todo modo, o movimento sindical, a fim de garantir empregos, mostrou-se solidário à lógica produtivista de exploração intensiva da natureza[\[11\]](#). Isto ocorre porque o trabalhador se define pela separação dos meios de produção, começando pela propriedade privada da terra e a natureza através dela. Desta forma, a questão ambiental no movimento trabalhista contribuiria para uma contestação do controle hegemônico do capital, tanto da produção quanto do metabolismo social[\[12\]](#).

Neste intento, a Geografia cumpre um papel importante tendo em vista os impactos dos desdobramentos territoriais desencadeados pelo processo de socialização capitalista da natureza[\[13\]](#), o que dá origem às crises e conflitos.

“(...) partimos do pressuposto da unidade entre sociedade e natureza, sendo esta considerada como totalidade e as relações sociais os principais fatores que regem o processo de construção espacial. Por conseguinte, o tratamento especificamente geográfico dos mais diversos temas (...) pode se concretizar somente se não fizermos uma abordagem dicotômica pois, dessa maneira estar-se-ia isolando fatores que não podem ser considerados em separado, quando se trata de uma abordagem geográfica.” (PEREIRA, 1995, p. 72)

Rompendo com a concepção redutora das relações entre sociedade e natureza herdada do universo capitalista, será possível acabar com a separação e possibilitar a naturalização do homem e a humanização da natureza, inventando um novo estilo de relação com o meio; para retomar a célebre formulação de MARX

(1975: 50) *“o trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade – , é necessariamente natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana.”*

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez Editora: 1995.
- _____. “Lutas Sociais e Desenho Societal Socialista no Brasil dos Anos 90”. In: Crítica Marxista. São Paulo: Xamã, nº 7, 1999.
- _____. “A Centralidade do Trabalho Hoje”. In: A sociologia no Horizonte do Século XXI. São Paulo: Boitempo, 1997.
- LUKÁCS, Georg. “As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem”. In: Temas de Ciências Humanas. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- MAAR, Wolfgang Leo. “A Centralidade do Trabalho Social e seus Encantos”. In: A sociologia no Horizonte do Século XXI. São Paulo: Boitempo, 1997.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. “O Manifesto do Partido Comunista”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.) O Manifesto Comunista: 150 anos depois. Rio de Janeiro, Contraponto: 1997, p. 07-41.
- MARX, Karl. “Manuscritos Econômicos e Filosóficos.” In: FROMM, Erich. Conceito Marxista de Homem. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p. 85-169.
- MATTOSO, Jorge. A Desordem do Trabalho. São Paulo, Scritta: 1995.
- MÉSZÁROS, István. “A Ordem do Capital no Metabolismo social da Reprodução”. In: Ensaio Ad Hominem 1. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999, p. 83-124.
- OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. **A Queima da Cana-de-Açúcar na Usina Nova América (Tarumã-SP): gestão ambiental e relações de trabalho.** Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Monografia de Bacharelado, 1999.
- PEREIRA, Diamantino. “O Espaço das Ciências Humanas”. In: Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales. Espanha: Universidade de Barcelona, nº 153, 1999. <http://www.ub.es>
- PETRELLA, Riccardo. Los Límites a la Competitividad: cómo se debe gestionar la aldea global. Buenos Aires, Grupo de Lisboa, Universidad Nacional de Quilmes, 1996.
- THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Por Trás dos Canaviais os (Nós) da Cana (uma contribuição ao entendimento da relação capital X trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista). Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH – Universidade de São Paulo, 1996.
- _____. “‘Leitura’ Geográfica e Gestão Política na Sociedade de Classes”. In: Boletim Gaúcho de Geografia, nº 24, AGB/Porto Alegre, 1998.
- _____. Notas Introdutórias Sobre as Questões Ecológica e Ambiental para o Trabalho e para o Movimento Operário. Revista Geográfica, n.17, agosto, 2000. AGB/Bauru. Bauru, 2000.

_____. “Território em Transe”. In: Actas del Seminário Internacional sobre Perspectivas de Desarrollo en Ibéroamericana. Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1999.

*Texto que tem origem no projeto de pesquisa com o título “*O Trabalho como Mediador da Relação Sociedade-Natureza: uma porta de entrada para a Geografia desvendar a malha social*”, em andamento no curso de Pós-Graduação da FCT/UNESP/Presidente Prudente.

[1] Aluno do curso de Pós-Graduação na FCT/UNESP/Presidente Prudente em nível de mestrado e membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). E-mail: fabiohcampos@hotmail.com

[2] Ver ANTUNES, R. Adeus ao Trabalho?. São Paulo: Cortez, 1995

[3] Ver MATTOSO (1995).

[4] Cabe destacar aqui o papel incontestável da informação, que hoje é sinônimo de poder, pois este não se refere exclusivamente à dimensão político-militar, como também à matriz informacional.

[5] IANNI, O (1998) chama este processo de “darwinismo social”.

[6] Expressão tomada de empréstimo de ANTUNES (1995).

[7] Ver PETRELLA (1996).

[8] Consideramos aqui trabalho abstrato como aquele que produz apenas mercadorias para troca e trabalho concreto como produtor de objetos socialmente úteis. Para um melhor aprofundamento sugerimos as obras de LUKÁCS (1978), ANTUNES (1995), BIHR (1998).

[9] Como exemplo, a pesquisa que estou desenvolvendo no mestrado tem relação com os curtumes existentes em Presidente Prudente/SP. Considerando que este tipo de indústria possui uma atividade altamente poluidora, lançam seus efluentes industriais nos córregos do Veado e Colônia Mineira, afluentes do Limoeiro, que por sua vez desemboca no Santo Anastácio, cujos impactos são instantaneamente perceptíveis.

[10] BIHR, Alain, “A Opção Verde”. Entrevista concedida pelo autor para o professor Ricardo Antunes e publicada na edição do Caderno Mais, da Folha de São Paulo, p.5, do dia 10 de janeiro de 1999.

[11] Apesar de tratar especificamente sobre o corte e queima da cana, uma análise interessante sobre a questão ambiental e as relações de trabalho pode ser vista em OLIVEIRA (1999).

[12] Sobre metabolismo social, MÉSZÁROS (1999) faz observações muito interessantes e consistentes em capítulos avulsos do livro *Beyond Capital*, a ser lançado no Brasil em fevereiro de 2.000.

[13] Estamos nos referindo ao fato de que o capital concentra os ganhos com a produção e socializa os problemas acarretados por esta.